

estudos e pesquisas

Ano 2 – Nº 20 – Maio de 2006

AS GREVES EM 2005



As greves em 2005

Introdução

A greve tem sido, tradicionalmente, um meio eficaz de pressão exercido pelos trabalhadores para a obtenção de conquistas relativas à sua remuneração e condições de trabalho.

Embora no Brasil a prática da greve seja historicamente tratada de forma bastante polêmica e lhe seja mais atribuída a definição de delito do que a de direito, o movimento sindical tem-se utilizado deste recurso em defesa dos direitos e das reivindicações dos trabalhadores.

Neste estudo, o DIEESE apresenta os principais indicadores das paralisações promovidas pelos trabalhadores em 2005, identificando as insatisfações presentes nas relações de trabalho, bem como as características e tendências daqueles movimentos.

As variáveis que serão aqui destacadas referem-se à quantidade de paralisações realizadas, às categorias profissionais nelas envolvidas, ao volume de trabalhadores que interromperam suas atividades e às motivações dos movimentos paradedistas, além de seus encaminhamentos e resultados.

Essas informações constam do SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves, concebido e elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – banco de dados que cobre os movimentos grevistas deflagrados no Brasil desde 1983, e totaliza cerca de 17 mil registros.

Principais indicadores das greves de 2005

Em 2005 o SAG-DIEESE registrou o acompanhamento de 299 greves, que paralisaram por quase 20 mil horas as atividades produtivas no país. A maior parte desses movimentos – 162 ou 54% - ocorreu na esfera pública, que engloba os funcionários públicos e os trabalhadores em empresas estatais. Os funcionários públicos empreenderam 46% das paralisações - 22% no âmbito estadual, 12% no municipal e 11% no federal, além de duas que envolveram trabalhadores municipais e estaduais - e os empregados de estatais os demais 8%.

Os trabalhadores da esfera privada realizaram 135 greves - 45% do total -, sendo 25% em indústrias e 20% em serviços. Foram ainda registradas uma greve no comércio e uma no setor rural.

Além dessas, ocorreram mais duas greves dos bancários que contaram com empregados de bancos públicos e privados e representaram cerca de 1% do total.

Em relação a 2004¹, houve um aumento da proporção de greves registradas na esfera privada - que correspondia a 38% do total - e redução da participação das paralisações da esfera pública – que representavam 61%.

TABELA 1
Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade Brasil, 2005

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	% ^(*)
ESFERA PÚBLICA	162	54,2	15.422	79,2
Funcionalismo Público	138	46,2	14.689	75,5
Governo Estadual	66	22,1	5.207	26,7
Governo Municipal	36	12,0	3.175	16,3
Governo Federal	34	11,4	6.227	32,0
Governos Municipal e Estadual ⁽¹⁾	2	0,7	88	0,5
Empresas Estatais	24	8,0	725	3,7
Serviços	11	3,7	337	1,7
Indústria	11	3,7	252	1,3
Comércio	1	0,3	128	0,7
Indústria e Comércio ⁽²⁾	1	0,3	8	0,0
ESFERA PRIVADA	135	45,2	3.973	20,4
Serviços	59	19,7	1.881	9,7
Indústria	74	24,7	2.018	10,4
Comércio	1	0,3	2	0,0
Rural	1	0,3	72	0,4
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA⁽³⁾	2	0,7	80	0,4
Total	299	100,0	19.475	100,0

Fonte: DIEESE

Notas:⁽¹⁾ Greves das categorias profissionais de saúde e médicos que envolveram funcionários públicos estaduais e municipais.

⁽²⁾ Petrobras e BR Distribuidora

⁽³⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

^(*) Por conta de arredondamentos, os percentuais podem, por um dígito, não somar 100.

Para a exposição dos indicadores de volume e intensidade das paralisações, representados na “média de trabalhadores por greve” e em “trabalhadores x horas paradas” (tabelas 2, 3 e 4), serão consideradas apenas as 159 greves das quais se obteve informações sobre número de trabalhadores envolvidos², que correspondem a 53% do total de registros.

¹ DIEESE - O movimento grevista em 2004 – Estudos e Pesquisas nº 12

² A informação sobre número de trabalhadores inexistente ou é imprecisa em grande parte das matérias jornalísticas pesquisadas, o que inviabiliza sua coleta em parte das paralisações noticiadas.

TABELA 2
Total de greves, grevistas, horas paradas, trabalhadores X horas paradas e média de trabalhadores por greve, nas esferas pública e privada⁽¹⁾
Brasil, 2005

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve ⁽²⁾	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas ⁽³⁾	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%	nº	%
ESFERA PÚBLICA	74	46,5	1.380.585	68,1	18.657	6.556	69,3	204.147.942	88,3
Funcionários Públicos	64	40,3	1.137.423	56,1	17.772	6.208	65,6	196.427.062	84,9
Empresas Estatais	10	6,3	243.162	12,0	24.316	348	3,7	7.720.880	3,3
ESFERA PRIVADA	83	52,2	484.915	23,9	5.842	2.831	29,9	21.936.188	9,5
ESFERA PÚBLICA E PRIVADA⁽⁴⁾	2	1,3	161.000	7,9	80.500	80	0,8	5.207.200	2,3
Total	159	100,0	2.026.500	100,0	12.745	9.467	100,0	231.291.330	100,0

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores paralisados (159)

⁽²⁾ Número total de grevistas / número de greves

⁽³⁾ Produto da multiplicação, em cada uma das greves, do número de grevistas pelo número de horas paradas

⁽⁴⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados.

Conforme se pode observar na Tabela 2, as greves empreendidas pelos funcionários públicos, que representaram pouco menos da metade das paralisações, foram as que mobilizaram o maior número de trabalhadores - 56% do total -, provocaram a maior interrupção do total de horas de trabalho - 66% - e apresentaram o maior volume de trabalhadores x horas paradas (85%).

Na esfera privada, os trabalhadores paralisados representaram quase um quarto do total de grevistas; as horas paradas, 30% e os trabalhadores x horas paradas, cerca de 10%.

Também a média de trabalhadores por greve mostra a dimensão das paralisações do setor público, três vezes superior à apurada na esfera privada. Cabe aqui destacar a média de trabalhadores verificada nas greves ocorridas nas empresas estatais, fortemente influenciada pelos movimentos dos trabalhadores da Petrobras (mais de 125 mil) e dos Correios (mais de 86 mil). Ainda chamam a atenção as mobilizações dos bancários, que, em duas paralisações envolvendo trabalhadores de bancos públicos e privados, contaram com cerca de 160 mil grevistas.

A Tabela 3 discrimina - para os funcionários públicos e para os trabalhadores da esfera privada - os mesmos indicadores segundo a abrangência das greves, ou seja, considerando as paralisações que ocorreram no âmbito das empresas (ou unidades, no caso dos funcionários públicos) e as que mobilizaram a categoria ou parcela da categoria.

TABELA 3
Total de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve, horas paradas, trabalhadores x horas paradas
trabalhadores por greves, dos funcionários públicos e dos trabalhadores da esfera privada, no âmbito de empresa e de
categoria ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Horas paradas		Trabalhadores x horas paradas	
	nº	%	nº	% ⁽²⁾	nº	nº	% ⁽²⁾	nº	% ⁽²⁾
Funcionários Públicos	64	100,0	1.137.423	100,0	17.772	6.208	100,0	196.427.062	100,0
Categoria	48	75,0	1.123.106	98,7	23.398	4.971	80,1	194.385.680	99,0
Unidade ⁽³⁾	16	25,0	14.317	1,3	895	1.237	19,9	2.041.382	1,0
Esfera Privada	83	100,0	484.915	100,0	5.842	2.831	100,0	21.936.188	100,0
Categoria	26	31,3	415.100	85,6	15.965	1.109	39,2	17.154.600	78,2
Empresa	57	68,7	69.815	14,4	1.225	1.722	60,8	4.781.588	21,8

Fonte: DIEESE

Notas (1) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores paralisados (159)

(2) Aqui, os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores da esfera privada. Por motivos óbvios não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores em empresas estatais – que só ocorrem no nível das empresas - e as dos bancários em nível nacional - que envolveram a categoria e já estão descritas na Tabela 2

(3) Autarquias, fundações, institutos, hospitais, universidades

Essas informações revelam que a massiva participação dos funcionários públicos em indicadores que envolvem o número de grevistas deve-se, fundamentalmente, à natureza dessas paralisações, que, na maioria (75%), são realizadas por categoria e reúnem, portanto, um maior número de trabalhadores. Na esfera privada, a situação se inverte; a maior parte das greves (69%) realiza-se no âmbito das empresas.

Assim, no funcionalismo público, quase a totalidade dos grevistas e dos trabalhadores x horas paradas - 99% - participou de paralisações empreendidas por categoria. Também na esfera privada a maior parte dos grevistas (86%) e de trabalhadores x horas paradas (78%) está concentrada nas greves de categoria, que, no entanto, representam 31% das paralisações por eles empreendidas.

A Tabela 4 traz a distribuição do número de greves e grevistas por faixa de adesão de trabalhadores aos movimentos.

TABELA 4
Total de greves e grevistas, por faixa de adesão aos movimentos
Brasil, 2005

Adesão	Greves			Grevistas		
	nº	%	% acumulada	nº	%	% acumulada
Até 200	39	24,5	24,5	4.185	0,2	0,2
201 - 500	25	15,7	40,2	8.823	0,4	0,6
501- 1 mil	17	10,7	50,9	13.198	0,7	1,3
1.001 - 2 mil	23	14,5	65,4	34.875	1,7	3,0
2.001 - 5 mil	19	11,9	77,3	65.877	3,3	6,3
5.001 - 10 mil	11	6,9	84,2	80.255	4,0	10,3
10.001 - 20 mil	10	6,3	90,5	162.950	8,0	18,3
20.001 - 50.000	6	3,8	94,3	221.000	10,9	29,2
Mais de 50 mil	9	5,7	100,0	1.435.337	70,8	100,0
Total	159	100,0	-	2.026.500	100,0	-

Fonte: DIEESE

Cerca de 25% das paralisações realizadas contaram com até 200 grevistas e metade delas não ultrapassou 1.000 trabalhadores paralisados. Aproximadamente 70% dos trabalhadores que interromperam suas atividades no ano de 2005 participaram de apenas nove das 159 greves das quais se obteve o número de trabalhadores envolvidos, que representam menos de 6% do total das paralisações. As que reuniram o maior número de trabalhadores foram empreendidas pelos funcionários públicos federais³, que, entre os

³ Aqui, são consideradas três greves.

meses de maio e agosto de 2005, paralisaram e retomaram suas atividades por diversas vezes. O auge deste movimento teve duração de 26 dias e contou com a participação de 420 mil servidores em todo o país.

Destacam-se, também, uma greve dos trabalhadores da Petrobras e uma dos bancários de bancos públicos e privados, que tiveram a adesão de mais de 120 mil trabalhadores cada. Ainda contou com significativo número de grevistas a paralisação dos trabalhadores na construção civil de São Paulo (112 mil); a dos canavieiros da Zona da Mata, em Pernambuco (88 mil); a dos empregados dos correios e telégrafos (mais de 86 mil); e a dos servidores do município de São Paulo (mais de 70 mil).

Motivações das greves

Neste tópico, serão analisadas as motivações que levaram os trabalhadores a paralisar suas atividades. Nas Tabelas 5, 6 e 7, procura-se expor o caráter das greves, ou seja, a tendência geral das reivindicações apresentadas em cada uma das paralisações, considerando-se o teor das questões que constam da pauta. Assim, estas serão agrupadas em greves propositivas, que buscam a introdução de novas conquistas ou a melhoria das condições já vigentes; as defensivas, que se colocam contra o descumprimento de direitos ou pela renovação ou manutenção de direitos ameaçados de extinção ou de redução; as de protesto, cujo atendimento das reivindicações – que, via de regra ultrapassam o âmbito das relações de trabalho - é de responsabilidade do poder público; e as de solidariedade, realizadas em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores.

TABELA 5
Número de greves por caráter das reivindicações
Brasil, 2005 ⁽¹⁾

Caráter ⁽²⁾	Greves	
	nº	%
Propositivas	207	69,2
Defensivas	135	45,2
descumprimento de direitos	70	24,1
renovação ou manutenção de condições vigentes	72	23,7
Protesto	50	16,7
Solidariedade	2	0,7
Sem informação	2	0,7

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ Ver definição em “notas metodológicas”

A Tabela 5 demonstra que, do total de greves realizadas em 2005, a maior parte - 69% - continha entre suas reivindicações questões propositivas, o que significa dizer que pretendiam introduzir novos direitos ou procuravam avançar em relação a alguma ou algumas das condições já vigentes. Essa tendência já havia sido observada em 2004, quando 65% das paralisações apresentaram esse caráter, o que indica que os movimentos grevistas têm procurado avançar em relação às condições de trabalho e remuneração.

No entanto, também é expressiva a proporção de paralisações pela defesa de conquistas pré-existentes, presentes em 45% do total. Destas, mais da metade foi deflagrada contra o descumprimento de direitos previstos em lei ou contratos coletivos de trabalho e, outro tanto, teve por objetivo renovar ou manter direitos ameaçados de exclusão ou redução⁴.

Paralisações por protesto significaram aproximadamente 17% do total. A maior parte delas foi conduzida pelos trabalhadores da esfera pública (Tabela 6) e, na quase totalidade, incluíam também reivindicações propositivas ou de defesa de direitos. Quanto ao conteúdo, foi significativa a presença de reivindicações por maior destinação de recursos à pasta a qual os trabalhadores estavam subordinados, como educação, agricultura, cultura, saúde e previdência. Vale ressaltar que as paralisações empreendidas pelos trabalhadores em educação, com frequência, incluem entre suas reivindicações exigências relativas à melhoria do ensino público.

Também foram registradas paralisações que pretendiam, entre outras reivindicações, discutir as políticas para as empresa estatais ou para entidades da esfera pública às quais os grevistas estavam ligados, como privatização, mudanças na composição acionária da empresa, Parcerias Público Privadas e reorientação das diretrizes. Destaca-se, aqui, a greve empreendida pelos trabalhadores da Petrobras⁵ em protesto contra as licitações nos campos de petróleo e gás, que propunha a realização de um plebiscito para que a população decidisse sobre o controle e destino das reservas de petróleo.

Ainda vale citar duas paralisações dos funcionários da Empresa de Correios e Telégrafo – ECT⁶, a primeira exigindo a criação de CPI para os correios e a segunda, o fim da corrupção na empresa.

Por fim, é interessante que sejam destacadas as greves de protesto empreendidas por trabalhadores da esfera privada: uma dos metalúrgicos da Região Metropolitana de São Paulo⁷ e uma dos trabalhadores da GM de São Caetano do Sul – SP⁸, que protestavam contra a política de juros do Banco Central. A terceira foi realizada pelos trabalhadores em

⁴ A soma é superior a 100% porque algumas das greves tiveram mais de uma motivação.

⁵ 17/10/05

⁶ 01 de junho e 14 a 22/09/2005

⁷ 20 mil trabalhadores de 25 empresas da região metropolitana cruzaram os braços por 1 hora em 19 de abril.

⁸ Paralisação de 2h30 em 18/05, que protestava, também contra o Programa de Demissão Voluntária aberto pela empresa.

transportes coletivos de Cuiabá –MT, em função da morte de um motorista baleado durante o exercício da função, e exigia providências das autoridades com relação à segurança. A questão da segurança pública esteve também presente na greve dos auditores fiscais da Receita Federal no aeroporto de Viracopos, em Campinas, São Paulo, vítimas de seqüestros relâmpagos.

No que se refere às greves de solidariedade, houve apenas dois registros no ano de 2005. Em uma delas, realizada em outubro na unidade da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo - SP, onde cerca de 100 trabalhadores do centro de usinagem interromperam a operação de máquinas da marca B. Grob, empresa que havia praticado atos anti-sindicais e demitido de seus quadros um diretor do sindicato. A comissão de fábrica da montadora cobrava da empresa o cumprimento do código de conduta, que a impede de estabelecer relações comerciais com empresas que não respeitam o direito de organização dos trabalhadores.

Também em outubro, os funcionários da Ucar Produtos de Carbono, sediada em Candeias - BA, suspenderam suas atividades em solidariedade a um trabalhador da empresa prestadora de serviço de alimentação demitido por participar de manifestação que reivindicava pagamento de insalubridade, conforme prevê a CLT. Os trabalhadores da Ucar exigiam que a empresa não fosse conivente com irregularidades cometidas por empresas terceirizadas⁹.

Na Tabela 6, pode-se visualizar a distribuição das greves segundo o caráter das paralisações nas esferas pública e privada.

⁹Trata-se da CDP – Central de Distribuição de Produtos. No mesmo dia constituiu-se uma comissão composta por representantes do Sintercoba – Sindicato dos Trabalhadores em Refeições Coletivas da Bahia - e do Sindicato dos Químicos para negociar com a CDP a readmissão do trabalhador.

TABELA 6
Total de greves por esfera pública e privada, segundo caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter	Total ⁽¹⁾ (299)		Esfera Pública (162)				Esfera Privada (135)	
			Funcionários Públicos (138)		Empresas Estatais (24)			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas ⁽¹⁾	207	69,2	105	76,1	19	79,2	81	60,0
Defensivas ⁽²⁾	135	45,2	56	40,6	9	37,5	68	50,4
descumprimento de direitos	70	23,4	27	19,6	3	12,5	40	29,6
renovação ou manutenção de condições vigentes ⁽¹⁾	72	24,1	30	21,7	6	25,0	34	25,2
Protesto	50	16,7	39	28,3	8	33,3	3	2,2
Solidariedade	2	0,7	0	0,0	-	-	2	1,6
Sem informação	2	0,7	1	0,7	-	-	1	0,7

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ As duas greves da categoria bancários, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados, tiveram reivindicações com caráter propositivo e defensivo (renovação ou manutenção de condições vigentes). Aqui, esta foi considerada no total, mas não foi computada em nenhuma das esferas analisadas.

Conforme se pode observar, questões propositivas atingiram a maioria das greves, tanto na esfera pública, quanto na privada. Na esfera pública, 76% das paralisações promovidas pelo funcionalismo público e quase 80% das realizadas pelos trabalhadores em empresas estatais, continham, em seu rol de reivindicações, exigências com relação à introdução de novas conquistas ou melhoria de condições vigentes. Na esfera privada, essa proporção, embora bastante significativa, foi menor, correspondendo a 60% do total. Essas informações revelam que a mobilização dos trabalhadores tem ocorrido primordialmente em busca de avanço nos direitos trabalhistas.

Também expressivas, embora em frequência inferior, as reivindicações defensivas compuseram metade das greves realizadas na esfera privada, 41% das paralisações dos funcionários públicos e 38% das deflagradas pelos trabalhadores de empresas estatais. Aqui, é importante notar que greves motivadas por descumprimento de direitos constantes de lei ou de acordos ou convenções coletivas de trabalho têm presença bem mais acentuada na esfera privada, correspondendo a aproximadamente 30% das paralisações destes trabalhadores. Na esfera pública, as interrupções do trabalho em protesto a desrespeito de direitos trabalhistas corresponderam a 20% das greves do funcionalismo público e a 13% das promovidas pelos trabalhadores de empresas estatais. Já a luta por renovação ou manutenção de direitos ameaçados de redução ou exclusão apresentou comportamento semelhante nas paralisações efetuadas pelos trabalhadores de empresas privadas (25%), de empresas públicas (25%) e pelo funcionalismo público (22%).

Paralisações que continham reivindicações de protesto foram marcantes na esfera pública, abrangendo 28% dos movimentos dos funcionários públicos e um terço dos empreendidos por trabalhadores de empresas estatais. Na esfera privada, greves desse tipo são escassas, representando apenas 2% do total.

No que se refere às greves de solidariedade, cujo conteúdo já foi descrito anteriormente, é interessante notar que as duas registradas no ano de 2005 ocorreram na esfera privada e tinham como único motivo a solidariedade.

A Tabela 7, a seguir, apresenta a distribuição das greves, segundo o caráter das reivindicações e o número de trabalhadores envolvidos em cada paralisação.

TABELA 7
Total de greves e grevistas por caráter das reivindicações, segundo faixa de adesão aos movimentos ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Nº de trabalhadores	nº de greves	Propositivas		Defensivas				Protesto		Solidariedade	
				Descumprimento de direitos		Renovação ou manutenção de condições vigentes					
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até 100 ⁽²⁾	24	5	20,8	13	54,2	7	29,2	2	8,3	1	4,2
101 a 200	15	9	60,0	6	40,0	2	13,3	1	6,7	0	0,0
201 a 500	25	16	64,0	8	32,0	6	24,0	2	8,0	0	0,0
501 a 1 mil	17	13	76,5	4	23,5	3	17,6	1	5,9	0	0,0
1.001 a 2 mil	23	21	91,3	3	13,0	3	13,0	0	0,0	0	0,0
2.001 a 5 mil	19	15	78,9	5	26,3	3	15,8	7	36,8	0	0,0
5.001 a 10 mil	11	9	81,8	3	27,3	1	9,1	5	45,5	0	0,0
Mais de 10 mil	25	23	92,0	1	4,0	10	40,0	6	24,0	0	0,0
Total⁽³⁾	159	111	69,8	43	27,0	35	22,0	24	15,1	1	0,6

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Calculadas a partir das 159 greves sobre as quais há informações sobre número de grevistas

⁽²⁾ Excluída uma greve com adesão de 80 grevistas da qual não se obteve informação sobre motivações

⁽³⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações, de distintos caracteres.

Conforme demonstram as informações, a maioria das paralisações que apresentaram maior número de grevistas foi propositiva, ou seja, pretendia avançar em relação aos direitos dos trabalhadores. O inverso ocorre com as reivindicações que se colocavam contra o descumprimento de direitos pré-existentes, que têm maior presença nas paralisações com menor número de grevistas.

Isso sugere que em categorias ou empresas com maior número de trabalhadores, nas quais a capacidade de mobilização e o poder de barganha tendem a ser maior, há espaço para ações que visem avançar na negociação de direitos. Por outro lado, em categorias que se caracterizam por estabelecimentos com menor número de trabalhadores, além de ser mais frequente o descumprimento de direitos trabalhistas, o poder de pressão dos trabalhadores é limitado e sua mobilização ocorre, provavelmente, diante de situações limite.

Na Tabela 8 são relacionadas as principais reivindicações constantes das pautas das greves.

TABELA 8
Principais reivindicações das greves ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Reivindicação ⁽²⁾	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	141	47,2
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	61	20,4
Alimentação	50	16,7
Condições de trabalho	45	15,1
Atraso de salário	37	12,4
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	37	12,4
Contratação	30	10,0
Assistência médica	30	10,0
Descumprimento de acordo	29	9,7
Piso salarial	29	9,7
Isonomia salarial	21	7,0
Demissão	18	6,0
Terceirização	18	6,0
Redução de jornada	16	5,4
Descumprimento de lei	15	5,0
Educação pública	15	5,0

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Foram listadas as reivindicações presentes em 10 ou mais greves

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

A reivindicação mais freqüente nas paralisações realizadas é a que se refere a reajuste salarial, presente em 141 dos 299 movimentos deflagrados, ou seja, em quase 50% do total. Em seguida, registrou-se a demanda por Plano de Cargos e Salários, que compôs a pauta de 20% das greves empreendidas; auxílio alimentação (17%); questões relativas a condições de trabalho (15%); protesto por atraso no pagamento de salários e Participação nos Lucros e/ou Resultados (12% cada). Ainda apresentaram ocorrência significativa exigências referentes a novas contratações, assistência médica, protesto por descumprimento de acordo e reajuste do piso salarial (10% cada).

As Tabelas 9, 10 e 11 discriminam as principais reivindicações dos funcionários públicos, dos trabalhadores das empresas estatais e dos trabalhadores da esfera privada, com o objetivo de identificar os principais problemas enfrentados em cada setor.

Conforme se pode observar, o principal motivo das greves nos três setores, é o reajuste dos salários, presente em cerca de 60% das paralisações dos funcionários públicos (Tabela 9), em 50% das realizadas pelos trabalhadores em empresas estatais (Tabela 10) e em mais de um terço das empreendidas pelos trabalhadores da esfera privada (Tabela 11).

As paralisações do funcionalismo público trazem como segunda principal reivindicação a elaboração e/ou implantação de Plano de Cargos e Salários, que consta de 41% dos movimentos registrados. Questões relativas a condições de trabalho compuseram a pauta de 22% dessas greves e contratação de novos trabalhadores, de 16%.

É interessante notar que exigências referentes à melhoria do serviço público, especialmente no que se refere à destinação de mais verbas, são frequentes nas paralisações destes trabalhadores, tendo atingido 17% delas. Destacam-se aqui os profissionais de educação, que, em aproximadamente 38% de suas paralisações¹⁰ incluíram exigências de maior investimentos na área, melhor aplicação dos recursos a ela destinados, melhorias na qualidade do ensino e ampliação de vagas para os estudantes. Note-se que esse tema está presente tanto nas mobilizações empreendidas nos âmbitos municipal e estadual, quanto no federal.

TABELA 9
Principais reivindicações das greves realizadas por funcionários públicos (138)
Brasil, 2005

Reivindicação	Greves ⁽¹⁾	
	nº	%
Reajuste Salarial	82	59,4
Plano de Cargos e Salários ou de Carreira	56	40,6
Condições de trabalho	30	21,7
Melhorias no serviço público	23	16,7
Contratação	22	15,9

Fonte: DIEESE

Notas ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

Entre os trabalhadores em empresas estatais, destacam-se as reivindicações de auxílios (alimentação, em 35% das paralisações e assistência médica, em 19%), participação nos lucros e/ou resultados da empresa, presentes em 27% das greves e protestos contra a privatização das empresas, que atingiram 23% dos movimentos. Também a contratação de novos trabalhadores, piso salarial e condições de trabalho constavam em proporção significativa das paralisações.

¹⁰ 15 greves, em 40.

TABELA 10
Principais reivindicações das greves de trabalhadores de empresas estatais (26)
Brasil, 2005 ⁽¹⁾

Reivindicação	Greves ⁽²⁾	
	nº	%
Reajuste Salarial	13	50,0
Alimentação	9	34,6
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	7	26,9
Privatização	6	23,1
Assistência médica	5	19,2
Contração	5	19,2
Piso salarial	5	19,2
Condições de trabalho	5	19,2

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados. O total de reivindicações, foi calculado, portanto, sobre 26.

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

Na esfera privada, reivindicações de reajustes salariais estiveram presentes em 38% das paralisações. A segunda reivindicação mais freqüente foi a relativa à participação nos lucros e/ou resultados da empresa, atingindo 24% do total. A introdução ou manutenção de auxílios compôs a pauta de boa parte dos movimentos (alimentação em 22% e assistência médica em 11%). Também paralisações por atraso no pagamento dos salários e por descumprimento de direitos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho foram bastante expressivas na esfera privada, correspondendo a 20% e 11% do total, respectivamente.

Por fim, foram registrados, em 12% das paralisações, pleitos relativos ao piso salarial da categoria.

TABELA 11
Principais reivindicações das greves de trabalhadores de empresas privadas (137)
Brasil, 2005

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste salarial	48	35,6
Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR)	32	23,7
Alimentação	29	21,5
Atraso de salário	27	20,0
Piso salarial	16	11,9
Descumprimento de acordo	15	11,1
Assistência médica	15	11,1

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados. O total de reivindicações, foi calculado, portanto, sobre 137.

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

A Tabela 12 apresenta a distribuição das greves de acordo com sua duração. Quase metade (47%) do total de paralisações registradas ao longo de 2005 envolve movimentos que

chegaram a termo no mesmo dia em que começaram, ou seja, que comprometeram, no máximo, um dia integral de trabalho¹¹.

Esse percentual é superado na iniciativa privada – onde 55% das greves computadas não se prolongaram para além de um dia – e mantida entre as empresas públicas (46%). No âmbito do funcionalismo público, as greves registradas com duração de até oito horas somaram 40%. As categorias dos serviços públicos encabeçaram, como de costume, os movimentos mais duradouros, levando a cabo as únicas mobilizações que ultrapassaram 30 dias de duração. Enquadram-se nessa faixa 14% das greves deflagradas pelo conjunto dos servidores.¹²

¹¹ Incluem-se aqui tanto as greves de advertência desenvolvidas durante qualquer lapso de tempo no espaço de um dia quanto as paralisações por tempo indeterminado iniciadas e, em decorrência de celebração de acordo ou reorientação dos trabalhadores, encerradas numa mesma data. A classificação abrange ainda as greves deflagradas por tempo indeterminado cujo eventual prosseguimento para além de sua data inaugural não tenha sido informado. Vale lembrar que, para efeito de cômputo no SAG-DIEESE, cada dia integral de paralisação é registrado com duração de oito horas.

¹² Os funcionários da rede pública federal de Educação protagonizaram as três mobilizações mais longas registradas em 2005, todas estendidas por mais de três meses: entre agosto e novembro, os auxiliares de administração do Ensino Superior cruzaram os braços por 106 dias, quase concomitantemente com os docentes e demais servidores do Ensino Técnico Federal, que pararam por 112 dias. A greve mais longa do ano, porém, foi protagonizada pelos professores universitários da rede federal, que interromperam suas atividades de agosto a dezembro, ao longo de 119 dias.

TABELA 12
Distribuição das greves segundo o número de dias afetados em cada movimento, por esfera econômica
Brasil, 2005

Dias afetados	Total			Esfera Pública						Esfera Privada			Esferas Pública e Privada ⁽¹⁾		
				Funcionalismo Público			Empresas Estatais								
	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
1	140	46,8	46,8	55	39,9	39,9	11	45,8	45,8	74	54,8	54,8	0	0,0	0,0
2 a 5	68	22,8	69,6	28	20,3	60,2	8	33,3	79,1	30	22,2	77,0	2	100	100,0
6 a 10	31	10,4	80,0	11	8,0	68,2	3	12,5	91,6	17	12,6	89,6	0	0,0	100,0
11 a 15	18	6,0	86,0	9	6,5	74,7	1	4,2	95,8	8	5,9	95,5	0	0,0	100,0
16 a 30	23	7,7	93,7	16	11,6	86,3	1	4,2	100,0	6	4,4	100,0	0	0,0	100,0
31 a 60	12	4,0	97,7	12	8,7	95,0	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0
Mais de 60	7	2,3	100,0	7	5,1	100,0	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0	0	0,0	100,0
Total	299	100,0	-	138	100,0	-	24	100,0	-	135	100,0	-	2	100,0	-

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e de bancos privados.

Permanece expressiva a quantidade de greves de advertência deflagradas pelos trabalhadores. A participação de tais mobilizações, que se diferenciam das demais pela programação antecipada do seu término, subiu de 25% do total de greves em 2004 para 34% no ano seguinte. Em 2005, a ampla maioria (82%) delas teve sua extensão limitada a um único dia (48% com duração registrada de oito horas). Apenas oito greves de advertência se prolongaram por dois dias, enquanto outros sete movimentos dessa natureza provocaram paralisação das atividades por três dias. As greves de advertência mais extensas afetaram seus alvos durante cinco, sete e nove dias num mesmo mês. Tal foi o caso dos funcionários administrativos da Uneb (Universidade da Bahia), que fizeram, em maio, uma greve programada para durar uma semana útil e dos bancários, cuja campanha salarial nacional envolveu uma paralisação das atividades durante cinco dias esparsos em setembro. Nesse mesmo mês, os auditores da Receita Federal deflagraram três blocos de greves semanais, interrompendo as atividades por dois dias na primeira semana escolhida, outros dois na segunda e mais três na terceira, num total de sete dias afetados no mês. Em junho, a Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP) sofreu interrupção descontínua das atividades por nove dias, num total de pouco mais de 50 horas, com duração diária variável.

TABELA 13
Greves de advertência, segundo a duração dos movimentos
Brasil, 2005

Dias afetados	Duração da greve	Greves	
		nº	%
1	até 2 horas	18	17,8
	mais de 2 a 6 horas	17	16,8
	8 horas	48	47,5
2	2 horas	1	1,0
	4 horas	1	1,0
	5 horas	1	1,0
	16 horas	5	5,0
3	7 horas	1	1,0
	18 horas	1	1,0
	19 horas	1	1,0
	24 horas	4	4,0
5	40 horas	2	2,0
7	56 horas	1	1,0
Total		101	100,0

Fonte: DIEESE

Encaminhamentos e resultados das greves

Ações dos grevistas

Em 66 greves (22% do total de paralisações cadastradas em 2005), foi noticiada a ocorrência de uma ou mais formas de manifestação dos trabalhadores no decurso dos protestos. Entre essas manifestações, as mais frequentes foram a concentração de trabalhadores em atos públicos – descrita em 39 relatos –, as passeatas (25) e os piquetes (20).

TABELA 14
Total de greves por tipo de ação dos grevistas
Brasil, 2005

Ação	Greves	
	nº	%
Concentração	39	59,1
Passeata	25	37,9
Piquete	20	30,3
Ocupação	8	12,1
Acampamento	5	7,6
Vigília	3	4,5
Total	66	100,0

Fonte: DIEESE

Reações patronais

Às manifestações dos trabalhadores se contrapuseram reações patronais, seja no plano das medidas administrativas, aventadas ou efetivas, seja na forma de recurso ao apoio policial como meio de contenção das mobilizações dos grevistas. Este último comportamento parece ter sido o mais comum entre os empregadores ao longo do ano. Das 33 greves em cujos cadastros constam informes sobre reações patronais ao exercício das greves que enfrentaram, há 23 relatos de confronto entre as polícias militares e trabalhadores. Em cinco greves foram noticiadas ameaças de demissões dos grevistas e, em três, houve demissões efetivadas durante seu andamento – num destes casos, as demissões foram mantidas após o encerramento da greve. Por fim, foi registrada uma paralisação caracterizada por reunir os únicos casos conhecidos no ano de advertência e suspensão de grevistas em virtude de sua participação no movimento.

Formas de resolução dos conflitos

A via da negociação direta permanece sendo o método mais comumente utilizado por empregados e empregadores para equacionar seus embates. É o que se apreende da tabela 15, que aponta o recurso à negociação direta em 147 das 166 greves que contêm descrição sobre métodos de resolução de conflitos utilizados pelas partes. Isso significa que aproximadamente

89% dos conflitos foram solucionados através da negociação direta, percentual superior ao observado no ano de 2004, que correspondia a 80%¹³.

Por outro lado, 25% das paralisações caracterizaram-se pela presença do Poder Judiciário, seja como árbitro – nas 27 ocorrências de decisão judicial relacionada ao exercício da greve ou ao mérito dos pleitos envolvidos -, seja como mediador – nas sete greves marcadas pela ocorrência de acordos judiciais. Houve, ainda, 14 situações de ingressos na Justiça, das quais não foram noticiados os desdobramentos.

TABELA 15
Formas de resolução de conflitos, sobre o total de greves com “mecanismos de resolução dos conflitos” informados (166)
Brasil, 2005

Formas de resolução	Greves ⁽¹⁾	
	nº	%
Negociação	147	88,6
Intervenção/participação da Justiça ⁽²⁾	41	24,7
<i>Decisão judicial</i>	27	16,3
<i>Recursos ⁽³⁾</i>	14	8,4
<i>Acordo judicial</i>	7	4,2
Constituição de comissão	1	0,6

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Em algumas greves, foi adotada mais de uma medida para a resolução dos conflitos, razão pela qual a soma das parcelas excede o número total de greves registrado

⁽²⁾ O total de intervenção/participação da Justiça é inferior à soma dos subitens. Isso ocorre porque em algumas das greves, a Justiça do Trabalho teve mais de uma participação no conflito, em um momento como árbitro e em outro como mediadora.

⁽³⁾ Greves caracterizadas por ingressos na Justiça, mas desacompanhadas de informação sobre os resultados do julgamento

As participações da Justiça foram mais frequentes na esfera pública do que na privada, constando de 30% das greves na primeira contra 20% na segunda. No setor público, na medida em que se amplia o nível governamental contra o qual se volta a greve, diminui a proporção de interferências do Poder Judiciário no desenrolar dos movimentos: somaram 43% no âmbito dos municípios, ficaram em 34% nos estados e apenas em 14% no nível federal. Nas empresas estatais, o Judiciário figura como ator em 22% das paralisações.

¹³ No estudo relativo ao ano de 2004, o percentual divulgado equivalia a 66,1%, dado que se considerou o número de greves que se utilizaram do recurso da negociação (119) sobre o número de greves que dispunham de informações sobre encaminhamentos (180). Entretanto, foi revisto o critério utilizado para os cálculos, que ora estão levando em conta o número de greves que se utilizaram do recurso da negociação (119) sobre o número de greves das quais se obteve informações sobre formas de resolução de conflitos (149), que resulta em 79,9%.

TABELA 16
Participações da Justiça sobre o total das greves com “mecanismos de solução de conflitos” informados, segundo esfera pública e privada (166)
Brasil, 2005

Esfera	Total de greves	Recorrência à Justiça ⁽¹⁾	
	nº	nº	%
Pública	87	26	29,9
Funcionalismo Público ⁽¹⁾	69	22	31,9
<i>Federal</i>	14	2	14,3
<i>Estadual</i>	35	12	34,3
<i>Municipal</i>	21	9	42,9
Empresas Estatais	18	4	22,2
Privada	81	16	19,8
Total	166	41	24,7

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ uma greve do funcionalismo público, na qual houve recorrência à Justiça, envolveu trabalhadores do âmbito municipal e estadual

A abertura de negociações foi mais freqüente na iniciativa privada - 91% - do que no setor público - 86%. No âmbito da esfera pública, destacam-se as empresas estatais e o funcionalismo federal, onde todas as paralisações sobre as quais se têm notícias do processo de resolução de conflitos incluíram a abertura de negociações¹⁴. No funcionalismo público municipal, cerca de 71% das greves tiveram processo de negociação e no estadual, 80%.

¹⁴ Em algumas das greves, houve também participação da Justiça, mas em todos os casos foi instaurado processo de negociação.

TABELA 17
Negociações diretas abertas durante as greves sobre o total de greves com
“mecanismos de solução de conflitos” informados (166)
Brasil, 2005

Esfera	Total de greves ⁽¹⁾	Negociações	
	nº	nº	%
Pública	87	75	86,2
Funcionalismo Público	69	57	82,6
<i>Federal</i>	14	14	100,0
<i>Estadual</i>	35	28	80,0
<i>Municipal</i>	21	15	71,4
Empresas Estatais⁽¹⁾	18	18	100,0
Privada⁽¹⁾	81	74	91,4
Total	166	147	88,6

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados e foram computadas nas duas esferas.

Resultados das greves

A observação do panorama geral das greves desenvolvidas em 2005 demonstra a efetividade da ação em prol dos interesses dos trabalhadores. Analisando apenas as 108 greves das quais se obtiveram informes sobre a existência de resultados das negociações, conclui-se que apenas 6% do total de mobilizações resultaram na rejeição integral das pautas de reivindicações defendidas pelos grevistas. Entre os funcionários públicos, essa marca é levemente superada, atingindo 8%¹⁵. Em 75% das greves noticiadas, os trabalhadores conquistaram ao menos parte de suas reivindicações. Os casos de atendimento absoluto das pautas alcançaram 15% do total e em mais da metade das situações (60%) as greves renderam aos manifestantes o acolhimento parcial das reivindicações apresentadas¹⁶.

Em 31% dessas 108 paralisações, houve, ao final de cada movimento, a abertura ou continuidade das negociações a respeito das demandas dos grevistas.

As negociações que confrontaram os servidores públicos às administrações a que respondem renderam menos resultados concretos do que as praticadas entre os trabalhadores celetistas e as empresas privadas ou estatais. No funcionalismo público, as listas de reivindicações dos grevistas foram contempladas - parcial ou totalmente - pelos governos em 69% das 36 ocorrências informadas. Esse patamar se eleva a 75% na esfera privada e a 83%

¹⁵ O percentual corresponde a três greves voltadas contra governos estaduais.

¹⁶ Cada pauta de reivindicações é considerada atendida sempre que for contemplada exatamente na medida e nas condições exigidas pelos trabalhadores. Por atendimento parcial das reivindicações entende-se a rejeição de um ou mais itens reivindicados, ou a aceitação de pontos em condições aquém das requeridas. É necessário ter em conta que o nível de atendimento às reivindicações está fortemente condicionado à extensão da pauta apresentada pelos grevistas e à complexidade dos itens contidos nesses documentos. As listas de exigências dos funcionários públicos não raramente são compostas por um alto número de demandas, de diversas naturezas, enquanto os trabalhadores da iniciativa privada em geral se mobilizam por motivos mais específicos e, portanto, mais facilmente contempláveis.

nas empresas estatais – ressalvando-se que, neste último caso, a porcentagem refere-se exclusivamente a atendimento parcial. A frequência de abertura ou prolongamento de negociações oscilou entre 25% nas empresas estatais e 36% entre os servidores públicos.

TABELA 18
Resultados das negociações da pauta de reivindicações nas esferas pública e privada em relação ao total de greves com resultados informados (108) ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Resultado	Total		Esfera Pública				Esfera Privada ⁽²⁾	
			Funcionários Públicos		Empresas Estatais ⁽²⁾			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	81	75,0	25	69,4	10	83,3	47	75,8
<i>Parcial</i>	65	60,2	21	58,3	10	83,3	35	56,4
<i>Integral</i>	16	14,8	4	11,1	0	0,0	12	19,4
Rejeição das reivindicações	6	5,6	3	8,3	0	0,0	3	4,8
Prosseguimento das negociações	33	30,6	13	36,1	3	25,0	18	29,0
Total	108	-	36	-	12	-	62	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ Dada a existência de resultados combinados, a soma das parcelas não coincide com o total de resultados.

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados e foram computadas nas duas esferas.

À parte os resultados relativos às reivindicações pleiteadas pelos trabalhadores nas greves, foram ainda observadas conseqüências referidas exclusivamente à prática desses movimentos. Em 35 paralisações foi possível obter informações dessa natureza, descritas a seguir:

- a) *quanto às providências tomadas a respeito do tempo de trabalho perdido em cada greve*, o acordo mais comum foi o compromisso, assumido pelos trabalhadores ao final de 15 movimentos, de repor integral ou parcialmente o tempo de interrupção das atividades. Em 11 greves, os trabalhadores conquistaram o pagamento de ao menos uma parte dos dias despendidos sem a exigência de contrapartidas. Finalmente, em duas situações, houve desconto dos dias parados¹⁷;
- b) *quanto às decisões judiciais sobre o exercício das greves*, oito das paralisações registradas em 2005 foram julgadas abusivas (sete delas no funcionalismo público, sendo quatro paralisações de servidores estaduais e outras três, de municipais) e uma foi considerada não-abusiva¹⁸.

¹⁷ Algumas negociações resultaram numa combinação de duas modalidades de providências: o pagamento de uma parcela dos dias parados e a compensação do restante. Exemplo único, em 2005, de recurso às três possibilidades de resolução em referência ao tempo parado numa mesma greve foi um acordo que previa a divisão praticamente simétrica dos dias de paralisação para pagamento, desconto e compensação.

¹⁸ As matérias de jornal nas quais foram coletadas as informações, aparentemente, usam de forma indistinta as expressões “greve abusiva” e “greve ilegal” e “greve não-abusiva” e “greve legal”. Pela atual legislação que regulamenta o direito de greve no setor privado e nas empresas estatais (Lei 7.783/89), os termos corretos seriam “greve abusiva” e “greve não abusiva”.

c) *greves encerradas à espera de julgamento da Justiça* – em seis paralisações, as partes envolvidas aguardavam decisões judiciais sobre seus movimentos e/ou reivindicações.

d) *quanto a punições sofridas pelos trabalhadores no transcurso das greves*, em três oportunidades os empregados garantiram para si, como meio de evitar retaliações imediatas, o direito à estabilidade temporária no emprego. Também em três eventos, formalizou-se o compromisso patronal de não aplicar punições de qualquer espécie aos participantes das paralisações após a retomada das atividades normais. Como já mencionado anteriormente, três greves envolveram a demissão de trabalhadores durante seu transcurso. Numa dessas ocorrências, a medida foi mantida após o encerramento da paralisação. Em outra, os trabalhadores punidos foram reintegrados ao corpo funcional da empresa. Na terceira, o destino dos demitidos é desconhecido, dada a ausência de informações a respeito.

As greves por setores de atividade na esfera privada e por níveis administrativos da esfera pública

O caráter das reivindicações

Para o exame das especificidades das greves nos setores de atividade da esfera privada (indústria e serviços¹⁹) e nos três níveis administrativos da esfera pública – municipal, estadual e federal – serão, aqui, desagregadas as informações disponíveis.

A maioria absoluta das greves de 2005 apresentou motivações predominantemente propositivas, ou seja, impulsionadas pelo objetivo de obter avanços de qualquer natureza, presentes em 69% do total de paralisações, percentual ligeiramente superior ao observado em 2004, quando compuseram a pauta de 65% dos movimentos.

As greves da esfera pública tiveram caráter acentuadamente mais propositivo do que as da esfera privada. Os trabalhadores das empresas estatais orientaram 81% das suas greves pela busca de melhorias de direitos ou por conquistas adicionais, ao passo em que, entre os servidores públicos, essa proporção atingiu 76%. Na esfera privada, reivindicações propositivas compuseram a pauta de 69% do total de paralisações, percentual fortemente influenciado pelo caráter das greves dos trabalhadores da indústria, significativamente superior ao verificado entre os trabalhadores em serviços, que correspondeu a 49%.

Já as motivações de caráter defensivo, expresso pela defesa de direitos legais ou adquiridos, fizeram-se presentes em 45% das mobilizações registradas em 2005, proporção dividida quase igualmente entre a manutenção de condições vigentes e a reação à redução ou supressão de direitos. Esse patamar foi inferior ao apurado em 2004, quando metade das greves examinadas assumiu caráter defensivo.

Quando se observa a distribuição das greves defensivas nos setores da indústria e dos serviços da esfera privada, revela-se uma grande disparidade. Na indústria, estas corresponderam a 37%, sendo 14% em reação a descumprimento de direitos e 27% por renovação ou manutenção de condições em vigor. Nos serviços, 71% das paralisações foram motivadas por defesa de direitos e destas quase a metade (49%) colocou-se contra o desrespeito à legislação ou às normas estabelecidas em acordos e convenções coletivas. Mais 26% delas ocorreram em função da ameaça de exclusão ou redução de direitos conquistados.

Na esfera pública, a quantidade de greves defensivas ficou pouco acima dos 40%.

¹⁹ Só serão analisados estes dois setores, dada a realização de apenas uma greve no comércio e uma no setor rural.

TABELA 19
Número de greves total segundo esfera e setor de atividade econômica, por caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter ⁽¹⁾	Total		Esfera privada				Esfera pública			
			Indústria		Serviços ⁽²⁾		Funcionalismo Público		Empresas estatais ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	207	69,2	51	68,9	30	49,2	105	76,1	21	80,8
Defensivas	135	45,2	27	36,5	43	70,5	56	40,6	11	42,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	70	24,1	10	13,5	30	49,2	27	19,6	3	11,5
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	72	23,7	20	27,0	16	26,2	30	21,7	8	30,8
Protesto	50	16,7	2	2,7	1	1,6	39	28,3	8	30,8
Solidariedade	2	0,7	2	2,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem informação	2	0,7	0	0,0	1	1,6	1	0,7	0	0,0
Total	299	-	74	-	61	-	138	-	26	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das parcelas excede o total geral de greves, visto que uma mesma paralisação pode apresentar caracteres distintos

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados e foram computadas nas duas esferas. Assim, o total das empresas estatais não equivale ao apresentado na Tabela 6.

O caráter de protesto - identificado pela presença de interesses contrários a medidas ou intenções dos poderes públicos - surge associado a 17% das greves. Paralisações dessa natureza apresentaram-se em proporções ínfimas na esfera privada; sua relevância se deve basicamente às mobilizações empreendidas pelos empregados em estatais (greves de protesto em 31% das ocorrências) e dos servidores públicos (28%).

Por outro lado, as duas únicas greves de solidariedade conhecidas em 2005 ocorreram em indústrias privadas, uma pertencente ao ramo metalúrgico e a outra, fabricante de produtos químicos²⁰

Mobilização nos setores da esfera privada

A seguir, serão apresentadas as informações sobre as principais características das paralisações realizadas em cada setor da esfera privada e em cada nível administrativo da esfera pública, como a distribuição geográfica e por ramos de atividade e as reivindicações mais freqüentes.

Greves dos trabalhadores na indústria

A grande maioria das greves dos industriários - 87% - ocorreu na Região Sudeste. Destas, mais de 60% localizaram-se no estado de São Paulo, 14% em Minas Gerais e 8% no Rio de Janeiro. Na Região Nordeste do país foram deflagradas 11% do total das paralisações da indústria, sendo mais da metade delas, no estado da Bahia. A Região Sul registrou 3% das greves do setor, todas no Paraná. Não houve registros de paralisações de trabalhadores nas indústrias das regiões Norte e Centro-Oeste.

Cerca de um quinto das paralisações da indústria foram organizadas com a participação de toda a categoria ou de parcelas de categorias. Os outros 80% deram-se no nível das empresas. Os trabalhadores metalúrgicos protagonizaram mais de 70% dos movimentos e os da construção civil e mobiliário cerca de 20%. As demais foram deflagradas por trabalhadores em indústria de alimentação, químicas e farmacêuticas e de vidros.

Nas greves articuladas por empresa, destacam-se as dos trabalhadores nas indústrias automobilísticas, em especial as ocorridas nas empresas Volkswagen (4), General Motors (2) e Mercedes-Benz (2).

A tabela 20 apresenta as reivindicações que pautaram as paralisações realizadas no setor industrial.

²⁰ Já descritas no item “motivações das greves”

TABELA 20
Principais reivindicações das greves na indústria da esfera privada ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Reivindicação	Total		Indústria	
	nº	%	nº	%
Participação nos Lucros e/ou Resultados	37	12,4	26	35,1
Reajuste salarial	141	47,2	21	28,4
Alimentação	50	16,7	14	18,9
Assistência médica	30	10,0	10	13,5
Piso salarial	29	9,7	9	12,2
Demissão	18	6,0	9	12,2
Total	299	-	74	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ Os percentuais foram calculados sobre as 74 greves do setor

Observa-se que, na indústria, a reivindicação mais freqüente refere-se à Participação nos Lucros e/ou Resultados das Empresas (PLR), presentes em uma de cada três greves (35%) deflagradas no setor – superando, portanto, a reivindicação mais importante no conjunto das greves analisadas, a de reajuste salarial. Os industriários praticamente monopolizaram as lutas por PLR: das 37 greves referentes a essa causa, 26 eclodiram na indústria privada (e outras três, em empresas públicas).

Ainda assim, a busca de reajustes salariais foi significativa, compondo 28% das pautas dos grevistas deste setor (contra 47% sobre o total de paralisações registradas no ano). Também tiveram importância os pleitos destinados à conquista ou melhoria das formas de auxílios-alimentação (19%, contra 17% gerais). Disputas acerca da assistência médica dos trabalhadores (14%), a exigência de reajustes nos pisos salariais e as lutas contra demissão (12%) também merecem destaque como motivadores das greves desencadeadas pelos trabalhadores do setor.

Greves dos trabalhadores em serviços

Embora em menor proporção do que a registrada na indústria, também a maioria das greves dos trabalhadores do setor de serviços da esfera privada – 64% - ocorreu na Região Sudeste, onde o estado de São Paulo destaca-se com quase metade dos registros (48%). Em Minas Gerais foram realizadas 8% das paralisações do setor de serviços e no Rio de Janeiro, cerca de 5%.

Outros 16% localizaram-se na Região Nordeste, com destaque para o estado da Bahia, com 8%. Mais 10% ocorreram nas regiões Sul e Norte (5% em cada) e 3% no Centro-Oeste. Mais 7% das paralisações do setor tiveram abrangência nacional.

Aproximadamente 40% das greves nos serviços da esfera privada atingiram toda a categoria ou parcelas de categorias e 60% foram organizadas no âmbito de empresas. O ramo de atividade mais afetado pelas greves foi o de transporte, com 45% do total. Neste, destacam-se os condutores de veículos urbanos, que promoveram 38% das paralisações. Em seguida, vêm os ramos: educação, onde foram realizadas 15% das greves; saúde, com 12%; asseio e conservação, com 8%; e estabelecimentos bancários, telecomunicações e segurança e vigilância, com 5% cada.

Quanto ao perfil das greves desenvolvidas no setor de serviços da esfera privada, nota-se que este é nitidamente mais defensivo do que o descrito na indústria, conforme demonstra a tabela a seguir.

TABELA 21
Principais reivindicações das greves em serviços da esfera privada
Brasil, 2005

Reivindicação ⁽¹⁾	Total		Serviços - esfera privada	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	141	47,2	26	44,1
Atraso de salário	37	12,4	25	42,4
Alimentação	50	16,7	15	25,4
Descumprimento de acordo	29	9,7	12	20,3
Atraso de 13º salário	9	3,0	9	15,3
Condições de trabalho	45	15,1	8	13,6
Total	299	-	61	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves da categoria bancários em nível nacional, que envolveram trabalhadores de bancos públicos e privados. Portanto, os percentuais foram calculados sobre 61

A principal reivindicação dos trabalhadores no setor de serviços da esfera privada foi o reajuste salarial – presente em 44% das greves –, praticamente a mesma quantidade de greves realizadas contra o atraso no pagamento dos salários (42%). Questões referentes ao auxílio-alimentação estiveram envolvidas em 25% das greves em serviços. Outras razões de natureza claramente defensiva também se encontram na lista das motivações centrais das paralisações desencadeadas no setor: descumprimento de direitos (20%), atraso de 13º salário (15%) e pela melhoria das condições de trabalho vigentes (14%).

Greves dos funcionários públicos

Mobilização dos servidores federais

Das 34 greves realizadas no âmbito federal, 20 foram organizadas por funcionários da administração direta, três por professores e/ou trabalhadores da rede pública de ensino; três por trabalhadores em fundações e institutos; três por funcionários do Poder Judiciário; duas por profissionais de saúde; duas pelos empregados do Banco Central e uma pelos trabalhadores Polícia Federal.

As Tabelas 22 e 23 mostram o caráter das reivindicações dos grevistas e os principais itens constantes das pautas que as motivaram. Nota-se que, no âmbito federal, é marcante a presença de reivindicações propositivas, que constam em cerca de 80% delas. Greves de protesto também apresentaram frequência significativa nessas paralisações, atingindo mais da metade dos movimentos (56%). Já as de caráter defensivo corresponderam a aproximadamente 30% do total, com a maior parte buscando a manutenção ou renovação de direitos em vigor. Paralisações por descumprimento de direitos significaram 9% das empreendidas pelo funcionalismo federal.

TABELA 22
Greves dos funcionários públicos federais, por caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter ⁽¹⁾	Total		Funcionários públicos federais	
	nº	%	nº	%
Propositivas	207	69,2	27	79,4
Defensivas	135	45,2	10	29,4
Manutenção ou renovação de direitos vigentes	72	23,7	7	20,6
Descumprimento de direitos	70	24,1	3	8,8
Protesto	50	16,7	19	55,9
Solidariedade	2	0,7	0	0,0
Total	299	-	34	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

No que se refere às reivindicações, os funcionários federais são os únicos da esfera pública que não têm como principal exigência o reajuste salarial, embora esta tenha constado de mais da metade das paralisações (53%). A maior demanda destes trabalhadores - incluída em quase 70% dos movimentos realizados - foi por reestruturação do Plano de Carreira ou por sua elaboração, implantação ou aplicação. Ressalve-se que a reivindicação de Plano de Carreira, ainda que este tenha rebatimento direto sobre os salários, denota a

necessidade de definição de atribuições e de correção de distorções nos enquadramentos de cargos e funções.

A terceira questão mais citada nas paralisações dos funcionários federais, com presença em quase um terço delas, é a melhoria no serviço público, especialmente através de aumento de receitas e maiores investimentos. Também apresentou frequência significativa o pleito de novas contratações no serviço público federal (24%) e de questões atinentes às condições de trabalho (21%). Ainda em 21% das greves deflagradas pelo funcionalismo federal, houve protestos contra a fusão da Receita Federal e da Receita Previdenciária.

TABELA 23
Principais reivindicações das greves do funcionalismo público federal
Brasil, 2005

Reivindicação ⁽¹⁾	Total		Funcionários públicos federais	
	nº	%	nº	% ⁽²⁾
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	61	20,4	23	67,6
Reajuste salarial	141	47,4	18	52,9
Melhorias no serviço público	23	7,7	11	32,4
Contratação	30	10,3	8	23,5
Condições de trabalho	45	15,1	7	20,6
Reforma administrativa	12	4,0	7	20,6
Isonomia salarial	21	7,0	5	14,7
Assistência Médica	30	10,0	5	14,7
Piso Salarial	29	9,7	4	11,8
Total	299	-	34	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ foram consideradas as reivindicações presentes em mais de 10% das paralisações.

⁽²⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

Greves dos funcionários públicos estaduais

Os funcionários públicos estaduais empreenderam, em diversas unidades da federação, 66 greves. 37% destas foram deflagradas na Região Nordeste – com destaque para os estados da Bahia e Piauí, cada um com 9% e Paraíba, com 7%. Na Região Sudeste foram registradas 35% das paralisações, e os maiores percentuais ocorreram nos estados de São Paulo (18%) e do Rio de Janeiro (12%). Na Região Norte foram verificadas 13% das

paralisações, sendo 6% no Pará e 4% no Amazonas²¹ - e nas regiões Sul e Centro-Oeste, 7% em cada.

A maioria dessas mobilizações foi deflagrada por profissionais em educação (23) e em saúde (19). Os funcionários estaduais do Poder Judiciário organizaram oito paralisações; os trabalhadores em fundações e institutos estaduais, seis e os funcionários da administração direta, cinco. Ainda foram registradas greves nas polícias civis estaduais (4); de funcionários estaduais de segurança (2) e na polícia militar (1).

Em 78% das greves dos funcionários públicos estaduais constavam reivindicações que pretendiam introduzir novas conquistas ou avançar em relação às vigentes e cerca de 40% tinham por objetivo a defesa dos direitos em vigor (22%) ou contrapor-se ao seu descumprimento (19%).

Greves cujas pautas apresentavam, entre outras, reivindicações de protesto representaram 21% do total dos movimentos.

TABELA 24
Greves dos funcionários públicos estaduais, por caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter ⁽¹⁾	Total		Funcionários públicos estaduais ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%
Propositivas	207	69,2	53	77,9
Defensivas	135	45,2	27	39,7
Manutenção ou renovação de direitos vigentes	72	24,1	15	22,1
Descumprimento de direitos	70	23,4	13	19,1
Protesto	50	16,7	14	20,6
Solidariedade	2	0,7	0	0,0
Total	299	-	68	-

Fonte: DIEESE

Notas: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves que envolveram trabalhadores dos âmbitos estadual e municipal. Portanto, os percentuais foram calculados sobre 68

Quanto às reivindicações, 60% das greves dos funcionários estaduais incluem reajuste salarial; 34%, Plano de Carreira e 25%, questões referentes às condições de trabalho.

²¹ Duas das greves envolveram a participação de funcionários municipais e estaduais.

A exigência de novas contratações está presente em 18% das paralisações e auxílio alimentação em 12%. Também em 12% dessas greves constam reivindicações de melhorias no serviço público.

TABELA 25
Principais reivindicações das greves do funcionalismo público estadual
Brasil, 2005 ⁽¹⁾

Reivindicação ⁽²⁾	Total		Funcionalismo público estadual ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	141	47,2	41	60,3
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	61	20,4	23	33,8
Condições de trabalho	45	15,1	17	25,0
Contratação	30	10,0	12	17,7
Auxílio - Alimentação	50	16,7	8	11,8
Melhorias no serviço público	15	5,0	8	11,8
Total	299	-	68	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

⁽²⁾ foram consideradas as reivindicações presentes em mais de 10% das paralisações

⁽³⁾ Estão aqui incluídas as duas greves que envolveram trabalhadores dos âmbitos estadual e municipal. Portanto, os percentuais foram calculados sobre 68

Paralisações dos funcionários públicos municipais

No âmbito dos municípios, os funcionários públicos deflagraram 36 greves, das quais, a maioria também ocorreu nas regiões Nordeste (14) e Sudeste (12). Os municípios mais atingidos pelas paralisações situam-se nos estados de Pernambuco (5), São Paulo (5) e Rio de Janeiro (4).

Na Região Sul, foram registradas seis paralisações de municipais - sendo três deflagradas em municípios localizados no estado do Paraná, duas em Santa Catarina e uma no Rio Grande do Sul. Na Região Norte, das cinco greves realizadas pelos funcionários municipais, três ocorreram no Amazonas²², duas no Pará e uma no Tocantins. Na Região Centro-Oeste, a única greve registrada ocorreu em um município de Goiás.

Dezessete das paralisações no âmbito municipal foram promovidas pelos servidores da administração direta, catorze pelos trabalhadores em ensino e sete pelos profissionais de saúde.

Mais de 70% dessas paralisações continham reivindicações propositivas e 50% procuravam defender direitos adquiridos. Note-se aqui, que o maior percentual de

²² Ver nota 17.

paralisações por defesa de direitos da esfera pública ocorreu no nível dos municípios, sendo cerca de 20% por sua manutenção ou renovação e de 29% contra seu descumprimento.

Em aproximadamente 16% dos movimentos dos trabalhadores municipais constavam reivindicações classificadas como de protesto

TABELA 26
Greves dos funcionários públicos municipais, por caráter das reivindicações
Brasil, 2005

Caráter ⁽¹⁾	Total		Funcionalismo público municipal ⁽²⁾	
	nº	%	nº	%
Propositivas	207	69,2	27	71,1
Defensivas	135	45,2	19	50,0
Manutenção de condições vigentes	72	24,1	8	21,1
Descumprimento de direitos	70	23,4	11	29,0
Protesto	50	16,7	6	15,8
Sem informação	1	2,6	1	2,6
Total	299	-	38	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações

⁽²⁾ Estão aqui incluídas as duas greves que envolveram trabalhadores dos âmbitos estadual e municipal. Portanto, os percentuais foram calculados sobre 38

Em 60% das paralisações dos funcionários municipais constavam reivindicações de reajuste salarial e em cerca de 30%, pleitos relativos a Plano de Carreira. Questões referentes às condições de trabalho estiveram presentes em 16% das mobilizações.

Também 16% das paralisações foram motivadas por descumprimento de acordo. Deve-se ressaltar que o único âmbito do funcionalismo público em que ocorreram greves por essa razão em proporção significativa, foi o municipal. Ainda foram observadas paralisações por auxílio alimentação (13%), atraso de salário (11%), isonomia salarial (11%) e melhorias no serviço público (11%)

TABELA 27
Principais reivindicações das greves do funcionalismo público municipal ⁽¹⁾
Brasil, 2005

Reivindicação ⁽²⁾	Total		Funcionalismo público municipal ⁽³⁾	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	141	47,2	23	60,5
Plano de Cargos e Salários (PCS) ou de Carreira	61	20,4	11	29,0
Condições de trabalho	45	15,1	6	15,8
Descumprimento de acordo	29	9,7	6	15,8
Auxílio-alimentação	50	16,7	5	13,2
Atraso de salário	37	12,4	4	10,5
Isonomia salarial	21	7,0	4	10,5
Melhorias no serviço público	15	5,0	4	10,5
Total	299	-	38	-

Fonte: DIEESE

Nota: ⁽¹⁾ A soma das greves classificadas por caráter ou motivos pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode apresentar diversas reivindicações e distintas motivações.

⁽²⁾ foram consideradas as reivindicações presentes em mais de 10% das paralisações

⁽³⁾ Estão aqui incluídas as duas greves que envolveram trabalhadores dos âmbitos estadual e municipal. Portanto, os percentuais foram calculados sobre 38

Considerações Finais

As greves deflagradas no Brasil em 2005 mantiveram as características gerais dos movimentos paredistas desenvolvidos no ano anterior.

Uma das poucas distinções que sobressaem da comparação entre os dois períodos é a queda da participação dos trabalhadores da esfera pública comparativamente aos da esfera privada: a prevalência dos primeiros sobre os segundos em 2004 – 62% contra 38% –, cedeu espaço a um maior equilíbrio no ano subsequente – 54% contra 45%²³. A presença dos servidores públicos dos três níveis administrativos, que em 2004 protagonizaram a maioria absoluta das greves registradas (52%), recuou para menos da metade (46%) das paralisações cadastradas em 2005. Ainda assim, detêm participação destacada no conjunto das mobilizações ocorridas no ano, dada sua maior facilidade de articulação.

Um dos aspectos que tem persistido nos últimos anos é a preponderância de paralisações de caráter propositivo em detrimento das mobilizações defensivas, evidenciando que as greves têm sido deflagradas pelos trabalhadores menos como instrumento de reação à redução, exclusão ou descumprimento de direitos trabalhistas do que como meio de ampliar as conquistas da classe trabalhadora. Em 2005, mais de dois terços das paralisações foram motivadas, total ou parcialmente, pela busca de ganhos salariais ou melhoria nas condições de trabalho, em sentido amplo. Esse comportamento é observável, sobretudo, nas mobilizações ocorridas na esfera pública. Na esfera privada, motivações propositivas são características das mobilizações dos industriários; as paralisações do setor de serviços são notadamente defensivas.

Tais conclusões, porém, não eliminam a preocupação com outra questão que vem persistindo ao longo dos anos: o expressivo número de paralisações geradas pelo descumprimento de direitos ou conquistas adquiridas. Foram essas as razões, exclusivas ou acompanhadas por outras de caráter diverso, que justificaram a deflagração de 45% das greves praticadas no ano – situação que representa, todavia, um recuo em relação a 2004, quando metade das paralisações levadas a cabo apresentou caráter defensivo. A relevância numérica dessas greves se deve, principalmente, a sua significativa presença no conjunto de mobilizações praticadas pelos empregados de serviços na iniciativa privada.

Merece destaque, na comparação entre os cenários de 2004 e 2005, a duplicação do percentual correspondente à participação das paralisações que apresentam reivindicações de protesto: 17% em 2005, contra 9% anotados no ano anterior. Greves desse tipo foram, na quase totalidade, realizadas por trabalhadores da esfera pública e denotam um acirramento da insatisfação dessas categorias diante de medidas ou propósitos governamentais. Vale

23 Ocorreram ainda duas greves dos bancários que envolveram trabalhadores do setor público e privado e representaram cerca de 1% do total.

salientar que o grosso das reivindicações que assumem esse caráter expressa queixas contra a situação dos serviços públicos.

A exemplo do ano anterior, as greves de 2005 foram, em boa medida, marcadas pela exigência de reajustes salariais: quase metade das pautas de reivindicações analisadas no período perseguiram esse objetivo, proporção inferior à observada em 2004, quando integrava a pauta da maioria absoluta dos movimentos examinados (56%).

A cobrança de implementação ou aprimoramento do plano de cargos e salários, item habitual nas listas de reivindicações dos funcionários públicos, manteve-se proeminente em 2005, figurando em um quinto das greves conhecidas no ano. De outro lado, a reação aos atrasos no pagamento de salários perdeu importância relativa: se despontava como a terceira reivindicação mais presente, em 2004, constando em 19% das greves do período, em 2005, deslocou-se para quinto lugar no rol das reivindicações mais recorrentes, com 12% de ocorrências. Apenas no setor de serviços da esfera privada mantém-se como exigência tão freqüente quanto a busca de reajuste salarial.

Os movimentos parestistas têm sido aparentemente bem sucedidos como instrumento de pressão para abertura de negociações com os empregadores. É o que se deduz diante do altíssimo percentual - cerca de 90%²⁴ - de movimentos que conseguiram inaugurar ou manter ativos os canais de negociação com seus empregadores.

Não obstante os indícios de que a negociação direta continua sendo um recurso comumente utilizado pelas partes em conflito, detectou-se também uma forte presença da Justiça, seja como mediadora na interlocução entre empregados e empregadores, seja como árbitro nos conflitos trabalhistas. Um em cada quatro registros de paralisações²⁵ indica alguma forma de participação dos poderes judiciários.

No que diz respeito aos resultados concretos das greves, constatou-se uma porcentagem insignificante de paralisações encerradas sem o atendimento de qualquer de suas reivindicações: apenas 6% delas²⁶ tiveram esse desfecho, percentual semelhante ao verificado em 2004, de 7%. Em 2005, de cada quatro paralisações com resultados informados, três foram concluídas com a obtenção de alguma conquista. Em quase um quarto dos casos, a mobilização dos trabalhadores lhes assegurou ao menos a continuidade das negociações com o patronato acerca do conjunto ou de parte das questões pleiteadas.

Os indicadores disponíveis convergem para a conclusão de que os trabalhadores quase sempre se beneficiam quando, obrigados pela necessidade ou movidos pelo senso de oportunidade de novas conquistas, recorrem ao expediente da interrupção de suas atividades. Tal conclusão reforça a percepção de que o recurso à greve, a despeito de todas

²⁴ considerando-se o universo de greves das quais se obteve informações sobre mecanismos de resolução de conflitos (166)

²⁵ vide nota anterior

²⁶ consideradas as greves com resultados registrados (108)

as dificuldades conjunturais enfrentadas pelo movimento sindical, mantém-se como eficaz mecanismo de progresso das condições de vida da classe trabalhadora.

Notas Metodológicas

Greve: “interrupção temporal do trabalho efetuada intencionalmente por um grupo de trabalhadores com objetivo de impor uma reivindicação, opor-se a uma exigência ou expressar queixa” (OIT). Excluem-se deste escopo, portanto, tanto as paralisações de iniciativa patronal (*lockouts*) como as formas de protesto que não implicam suspensão do trabalho, tais como “operação tartaruga” ou “operação padrão”.

Caráter da greve: tendência geral das reivindicações apresentadas nas greves, levando em consideração o teor dos interesses essenciais apresentados na pauta. Possibilidades:

- *Propositiva* – por novas conquistas ou avanços nas condições vigentes
- *Defensiva* – em caso de descumprimento de lei ou recusa à renovação ou manutenção de condições vigentes. As greves defensivas estão subdivididas da seguinte forma:
 - descumprimento de direitos: contra o descumprimento de normas trabalhistas estabelecidas em lei, acordo ou convenção coletiva de trabalho;
 - renovação ou manutenção de condições vigentes: pela manutenção ou renovação de condições vigentes, em face de ameaça de extinção ou redução.
- *Protesto* – por motivos que ultrapassem o âmbito das relações trabalhistas. Consideram-se de protesto as greves assim declaradas pelo comando.
- *Solidariedade* – em apoio a movimentos de trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores. Ao encabeçar mobilizações desta natureza, os grevistas não podem ter interesse imediato nos itens da pauta defendida pelos trabalhadores a quem apóiam. Consideram-se de solidariedade as greves assim declaradas pelo comando

Trabalhadores x horas paradas: Indicador obtido através da multiplicação do número de grevistas pela quantidade de horas paradas em cada uma das paralisações. Mede o volume de horas de trabalho integralmente perdidas pela empresa/órgão durante toda a greve.

Quantificação do caráter, tema e itens de reivindicação: A totalização de aspectos qualitativos das greves excede a soma de cada item porque uma mesma greve pode se enquadrar em mais de um dos grupos. Por exemplo, os trabalhadores envolvidos em uma greve podem reivindicar, simultaneamente, aumento salarial (caráter: propositiva; tema: remuneração; motivo: reajuste salarial) e exigir o pagamento de vales-refeição em atraso (caráter: direito; tema: auxílio; motivo: alimentação).

Causas das greves: conjunto de reivindicações explicitadas como motivações para a paralisação. Para esta classificação são empregadas palavras-chaves dispostas em dois níveis: um mais abrangente (tema) e outro desagregado (grupo). Não são consideradas causas das greves as ofertas patronais não relacionadas à pauta apresentada pelos grevistas, utilizadas como moeda de troca na negociação com os trabalhadores.

a) *Temas das greves: conjuntos de reivindicações agrupadas por semelhança de características. São eles:*

- *Remuneração* – greves por questões diretamente relacionadas à remuneração dos trabalhadores, como reajuste salarial, piso salarial, auxílios, adicionais e PLR, entre outros.
- *Relações de Trabalho* - greves relativas a *emprego*, como as que se colocam contra demissões ou por estabilidade e contratações; a *processo e exercício do trabalho*, como introdução de processos tecnológicos e qualificação; a *contrato de trabalho*, como terceirização, mão-de-obra temporária; e à *situação funcional*, como PCS e atribuições do trabalho.
- *Condições de Trabalho:* greves por questões relacionadas à *saúde e segurança* do trabalho e à *jornada de trabalho*, como redução, diminuição de horas–extras e outras.
- *Relações sindicais* – greves por participação do sindicato no processo de negociação, constituição de representação dos trabalhadores, mudança ou manutenção da data-base etc.
- *Políticas* – greves dirigidas contra o governo ou contra projetos ou medidas governamentais ou de caráter solidário.

b) *Grupos de reivindicações: grupos de itens afins reunidos em cada tema, como por exemplo, adicionais, auxílios e correção salarial (no tema remuneração) e jornada e saúde (no tema condições de trabalho).*

DIEESE

Direção Executiva

Carlos Andreu Ortiz – Presidente
STI. Metalúrgicas de São Paulo
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente
Sind. Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário
SEE. Bancários de São Paulo
Carlos Eli Scopim – Diretor
STI. Metalúrgicas de Osasco
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI. Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
APEOESP
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI. Metalúrgicas de Curitiba
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sind. Energia Elétrica da Bahia
Levi da Hora – Diretor
STI. Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Asseio e Conservação
do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre
Célio Ferreira Malta – Diretor
STI. Metalúrgicas de Guarulhos
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Nelson de C. Karam – coordenador técnico de relações sindicais
Ademir Figueiredo – coordenador de desenvolvimento e estudos

Equipe técnica responsável

Carlindo Rodrigues de Oliveira
Luís Augusto Ribeiro da Costa
Paulo Jagger
Ramiro Moraes Torres
Vera Lúcia M. Gebrim
Iara Heger (revisão)

Equipe de apoio

Gonçalo G. de Oliveira
Rafael S. Serrao
Vladmir Luis da Silva
Victor Gnecco S. Pagani